

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/12/2023 a 31/12/2023

**Assunto:** “Coronavírus” or “COVID”

Documento 1/14

---

260.2023	Sessão Ordinária - CD	05/12/2023-15:08
Publ.: DCD - 12/6/2023 - José Medeiros-PL -MT		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

O Deputado destacou a importância das Santas Casas e hospitais filantrópicos no sistema de saúde brasileiro. Mencionou a necessidade de resolver questões relacionadas aos repasses de recursos por parte dos órgãos governamentais, destacando que muitos hospitais ainda não receberam os recursos para o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Elogiou a Santa Casa de Rondonópolis, que se tornou uma referência em saúde em Mato Grosso devido a uma parceria bem-sucedida entre a instituição, empresários e a comunidade local. Ressaltou a importância de modelos de gestão eficientes para garantir o bom funcionamento dos hospitais e a prestação de serviços de saúde à população.

---

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou na mesma linha do Deputado Vitor Lippi, que acabou de falar sobre a Santa Casa de Sorocaba.

Na minha cidade, há uma Santa Casa também, que atende a uma região de mais de 20 Municípios. A bem da verdade, no Brasil, hoje, boa parte dos serviços de saúde são feitos pelas Santas Casas, aliás, pelos hospitais filantrópicos. Se tirássemos do atendimento as Santas Casas e os demais hospitais filantrópicos, a saúde brasileira entraria em colapso.

Dito isso, nós estamos tratando — provavelmente, entram em pauta hoje — de projetos sobre Santas Casas. Há várias questões que nós precisamos mudar. Uma delas, Sr. Presidente, diz respeito aos repasses. Espero que no projeto possamos resolver isso.

Às vezes, o Ministério da Saúde encaminha recursos para as Santas Casas, e o Prefeito fica com eles na conta, demora a repassá-los, a pagar pelos serviços já feitos. Para que os senhores tenham ideia da dimensão do problema, boa parte dos hospitais filantrópicos ainda não recebeu o dinheiro que foi repassado pelo



Ministério da Saúde para pagar pelos serviços realizados durante a pandemia de COVID. Os hospitais estão tendo que entrar na Justiça para receber o que lhes é devido. Depois dizem: "*A Santa Casa é um saco sem fundo. A Santa Casa está gastando demais*". É lógico, porque o hospital, para se manter, tem que ir ao banco pegar dinheiro para fazer o custeio. Não podemos permitir isso, porque é dinheiro público indo para o ralo.

Eu tenho que fazer um destaque também, Sr. Presidente: a Santa Casa de Rondonópolis estava à beira de fechar, sem receber repasses do Estado, repasses da Prefeitura. À época, eu ainda estava no Senado, falei com alguns colegas e dirigi toda a minha emenda de bancada para essa Santa Casa, e alguns colegas inteiraram. Assim, colocamos a Santa Casa em pé. De lá para cá, o hospital tornou-se referência no Estado de Mato Grosso, com um centro de radioterapia dos mais modernos do Brasil. Quero fazer justiça e agradecer ao Presidente Jair Bolsonaro por ter propiciado isso.

Eu tenho feito repasses de emendas constantemente, todo ano, porque eu sei que os recursos serão bem aplicados. Ali foi feita uma parceria com empresários e com o agronegócio. E estou dizendo isso porque, de repente, essa prática pode servir de estudo de caso e de exemplo para outros Municípios do Brasil. Eles entraram com recursos e também com mão de obra, que eles mesmos pagam. Foi feita uma parceria entre o hospital e a comunidade, de forma que o conselho é que define como vai gastar. Assim, a Santa Casa foi saneada e tem prestado um serviço extraordinário.

Eu não tenho dúvida de que, a continuar dessa forma, em breve, esse será um dos principais hospitais do Centro-Oeste. Isso é importante por quê? Porque nós temos vários hospitais País afora que, às vezes, por falta de modelo de gestão, acabam entrando em processo de falência, em processo de insolvência, e a prejudicada é a população.

Nós passamos a verificar, depois que começou a gestão, que muitos recursos devidos ao hospital não eram repassados. Por quê? Por não cumprir os ditames do Ministério da Saúde, toda a burocracia para poder receber recursos. Às vezes, é feito o atendimento e não é lançado.

Então, aqui fica o exemplo da Santa Casa de Rondonópolis. Parablenizo todo o corpo de gestão e os médicos. Deixo os meus elogios e a minha homenagem pela recuperação daquele hospital à Diretora Bianca, ao Sinésio, ao pessoal do conselho, e cito a Tânia Balbinotti, o Odílio, a Iracema, enfim, pessoas que levantaram o hospital. A consequência é a boa prestação do serviço, levando-se saúde para as pessoas, principalmente àquelas que não têm a quem recorrer. Apesar de as pessoas reclamarem da tabela do SUS, o hospital atende pelo SUS e é superavitário.

Muito obrigado.

Documento 2/14

261.2023 Sessão Ordinária - CD 06/12/2023-16:36  
Publ.: DCD - 12/7/2023 - Osmar Terra-MDB -RS  
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES  
DISCURSO DISCURSO

### ***Sumário***

O Deputado culpou o fechamento das escolas durante a pandemia pelo declínio nas notas dos estudantes brasileiros no PISA. Criticou a imprensa por apoiar o fechamento, alegando que resultou em danos de aprendizagem, especialmente para crianças mais pobres, que perdurarão por décadas. Por fim, destacou que o ex-presidente Bolsonaro sempre foi contra o fechamento das escolas.

**O SR. OSMAR TERRA** (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só queria fazer um comentário.

Olhando as manchetes de hoje nos grandes jornais, todos estão surpresos com a queda dos estudantes brasileiros no exame do PISA, uma queda importante na matemática, principalmente, mas em português, ciências, enfim.

E eles estão surpresos, Presidente. *O Globo*, *a Folha de S.Paulo*, o *Estadão* estão surpresos porque caiu a nota. Caiu a nota. Eles esqueceram que fizeram 2 anos de pânico na população, apoiando o fechamento das escolas. Ficamos 2 anos com as escolas fechadas, Presidente. Nunca aconteceu isso, em pandemia nenhuma. Nunca aconteceu isso na história do Brasil.

Esse é um dano de aprendizagem que vai perdurar por décadas, principalmente para as crianças mais pobres, as crianças que não tinham Internet em casa, as crianças que não tinham como estudar, e ficaram trancadas em casa por 2 anos. Esqueceram. Parece que eles não têm nada a ver com isso. Os Prefeitos, os Governadores trancaram a população — o Presidente Bolsonaro sempre foi contra —, eles trancaram a população e achavam muito bonito. Não diminuiu um contágio, não evitou uma morte, mas dizimou a educação brasileira em poucos momentos da história.

Documento 3/14

261.2023 Sessão Ordinária - CD 06/12/2023-16:40  
Publ.: DCD - 12/7/2023 - Coronel Chrisóstomo-PL -RO  
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES  
DISCURSO DISCURSO

### ***Sumário***

O Deputado expressou preocupação com a situação educacional no Brasil, destacando a falta de habilidades básicas em matemática entre os estudantes. Ele criticou a decisão de fechar escolas durante a pandemia e atribuiu a situação ao governo atual.

---

**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Sem revisão do orador.) -**  
Obrigado, Excelência.

Eu fico pensando e volto ao tempo — não faz muito tempo— quando eu estudava em escolas públicas. Hoje vejo que estudantes brasileiros estão entre os piores no *ranking* internacional na área da matemática, na área da leitura, na área da ciência.

Excelência, eu sei que o senhor não passou por isso, porque estudava lá no Rio Grande do Sul e teve boas escolas e bons professores, assim como o meu amigo Deputado Osmar Terra, lá em Santa Rosa, com certeza, e o Deputado Alberto Fraga também.

Agora, senhores, saibam que os nossos estudantes não sabem somar 5 mais 5! Ficam pensando: "5 mais 5, deixe-me ver aqui: 12." "Não, meu filho! É 12!" "Ah! Mas eu não aprendi." É assim que eles respondem. O máximo que sabem somar é 2 mais 2, e olhe lá! É uma vergonha, gente!

Concluo, Excelência, dizendo que nós vimos aqui Parlamentares gritando que era para fechar a escola, e as escolas ficaram fechadas por 2 anos. Aplaudiam! Aplaudiam! Olhem a vergonha! Isso bate à nossa porta, no Brasil. Nós ficamos envergonhados, porque as nossas crianças não sabem somar, não sabem ler e não sabem nada da ciência. Que triste Brasil, porque esse Governo que está aí é o reflexo disso.

Oh, barbudinho mentiroso!

Pelo amor de Deus, senhores, está na hora de nós pensarmos no Brasil. Está na hora de nós pensarmos que o Brasil é construído por famílias — papai, mamãe e filhinhos. É essa a família que eu defendo, é essa a família que eu defendo.

Portanto, senhores, é hora de criar vergonha na cara e ver que o Brasil precisa mesmo de vocês da Esquerda.

Excelência, que minha voz vá ao programa *A Voz do Brasil*, por favor.

---

### *Sumário*

A Deputada expressou surpresa diante da notícia de que a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, pretende investigar a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, presidida por ela, por supostas fake news sobre vacinas. Ela considera essa ação ilegal, inconstitucional e imoral, caracterizando-a como um deboche com a Câmara dos Deputados. Conclamou os colegas Parlamentares a se unirem contra essa tentativa de criminalizar a atividade parlamentar, destacando a importância de defender as prerrogativas legislativas. Lembrou o episódio anterior na CPMI da COVID-19, onde houve um pedido de indiciamento de uma Parlamentar por projeto de lei sobre vacinação. Anunciou que pretende convocar a Ministra para explicar suas ações na Comissão e pediu o apoio dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nessa defesa.

---

**A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.)** - Obrigada, Presidente.

Com muita surpresa, eu recebo hoje a seguinte notícia, publicada pelo *O Globo*: "*Ministra da Saúde — Nísia Trindade — diz que governo vai investigar comissão da Câmara presidida por bolsonarista — no caso, sou eu a Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle — por fake news sobre vacina*". Agora, nós chegamos ao absurdo de termos uma Ministra de Estado que quer investigar aqueles a quem cabe exatamente o papel de fiscalização e de investigação. Isso é um deboche para com esta Câmara dos Deputados.

Aqui eu quero conclamar os colegas, todos os Parlamentares, para que nós nos unamos contra esse tipo de ação totalmente ilegal, inconstitucional, imoral da Ministra, que já esteve duas vezes na Comissão e não conseguiu explicar aquelas políticas públicas questionadas pelos Parlamentares. Em *live* junto ao Presidente da República, Lula, diz que facínoras não querem que as crianças sejam vacinadas e que tem, sim, que criminalizar. Aí a Ministra sai de lá sentindo as costas quentes para anunciar que vai abrir investigação contra a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Eu quero dizer que agora nós precisamos da união dos Parlamentares, porque estão simplesmente tentando criminalizar a nossa própria atividade parlamentar.

Na CPMI que houve lá atrás, a do circo, aquela da COVID-19, em seu relatório final, havia um pedido de indiciamento de uma Parlamentar aqui por ter apresentado um projeto de lei para tornar a vacina facultativa, e a máscara facultativa. Naquela ocasião, o Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, levantou-se e falou com veemência contra esse tipo de tentativa de criminalizar

a atividade legislativa. Agora, novamente isso acontece.

Eu peço ao Presidente Arthur Lira e ao Presidente do Congresso também que se unam a nós, Parlamentares, e que assumam a liderança nessa postura de defesa das nossas prerrogativas. Saindo daqui, já irei preparar uma convocação da Ministra para que ela retorne à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e explique como quer investigar uma Comissão deste Parlamento cujo objetivo é exatamente fiscalizar e investigar.

Ministra, nós nos encontraremos...

*(Desligamento do microfone.)*

**A SRA. BIA KICIS (PL - DF)** - Obrigada, Presidente.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 5/14

---

272.2023	Sessão Ordinária - CD	13/12/2023-23:11
Publ.: DCD - 12/14/2023 -	João Maia-PP -RN	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, que incentiva o investimento privado em infraestrutura no Brasil. Ele destacou a importância disso para impulsionar o crescimento econômico do país, dada a queda nos investimentos durante a pandemia e a necessidade de melhorar as condições de infraestrutura. Elogiou a relatoria do Deputado Arnaldo Jardim e a análise do Senado Federal, agradecendo aos co-autores do projeto e enfatizando seu impacto positivo no desenvolvimento do Brasil.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO MAIA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

O Sr. Deputado JOAO MAIA (PP-RN) pronuncia o seguinte discurso:

Senhoras e Senhores,

Passados três anos e sete meses desde a data de protocolo do Projeto de Lei nº 2646, de minha autoria e de outros doze nobres colegas, tenho a

honra de estar no Plenário da Câmara dos Deputados para celebrar o estágio final de sua aprovação no Congresso Nacional.

A proposição que agora apreciamos foi imaginada e construída, ainda no início de 2020, enquanto o país enfrentava um dos períodos mais trágicos e difíceis da pandemia de Covid-19.

No Brasil e no mundo, os desafios ao investimento foram acentuados pela modificação na dinâmica da demanda por infraestrutura básica gerada pela pandemia, especialmente nos setores de infraestrutura.

O PL nº 2646, de 2020, foi proposto como uma resposta tanto à queda de investimentos resultante da pandemia, como também para endereçar o baixo nível histórico de investimento em infraestrutura pelo Estado brasileiro.

Ao longo de sua tramitação na Câmara, o projeto de lei pautou-se em um tripé teórico bem definido. Em primeiro lugar, a proposição cria uma nova modalidade de títulos de dívida, as debêntures de infraestrutura, vocacionadas a aumentar a participação privada nos investimentos em infraestrutura. Em segundo lugar, aperfeiçoa o marco legal das debêntures incentivadas, importante mecanismo de financiamento do setor, criado em 2011. E, por fim, busca corrigir barreiras para a plena e eficaz operação de fundos de investimento em infraestrutura.

Por mais que o Brasil tenha superado a fase de pandemia, o Projeto de Lei 2646 revela-se mais atual do que nunca.

Segundo dados divulgados pelo jornal Valor Econômico, a participação privada nos investimentos em infraestrutura tem crescido e mostra-se decisiva para o futuro do país. Em um cenário de crédito caro e de sinalização de mudanças de rumo na condução de políticas em energia e saneamento básico, o setor de infraestrutura esperava receber mais de R\$ 200 bilhões em investimentos em 2023, dos quais 65% seriam da iniciativa privada.

Ainda que R\$ 200 bilhões pareça um valor elevado, engana-se quem assim pensa. Estudos indicam que o Brasil precisa de R\$ 420 bilhões apenas para evitar a deterioração da infraestrutura existente e para implementar melhorias marginais.

Ou seja, em 2023 o país não conseguiu investir sequer metade do montante mínimo necessário.

Historicamente, o Brasil já apresentou nível de investimento mais adequado à sua necessidade de crescimento. Em 1984, o estoque de infraestrutura nacional representava cerca de 58% do PIB. Atualmente, o percentual é de cerca de 35% do PIB. É importante destacar que países desenvolvidos, como Japão e Alemanha, mantêm um estoque de infraestrutura superior 60% do PIB, e isso reflete em maior produtividade e competitividade econômica de suas economias.

A prioridade dada ao PL nº 2646 tanto pelo governo anterior quanto pelo atual revela a importância de canalizarmos esforços do setor privado na infraestrutura brasileira. Essa não é, portanto, uma pauta partidária ou ideológica. A aprovação do PL nº 2646 é, acima de tudo, um dever do Congresso brasileiro para com toda a sociedade brasileira, presente e futura.

Não há crescimento econômico duradouro sem investimentos consistentes em infraestrutura e sem participação do mercado. O dia de hoje representa um importante marco para a economia brasileira e concretiza o compromisso do Congresso Nacional com o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da Nação.

Aproveito essa oportunidade para tecer os devidos elogios à impecável condução da relatoria da matéria, nesta Casa, pelo colega e amigo, Deputado Arnaldo Jardim, com quem pude debater a fundo o mérito da proposição e cada um de seus aprimoramentos.

Da mesma forma, estendo meus parabéns à cuidadosa análise promovida pelo Senado Federal, na condição de Casa revisora. Das seis emendas propostas pelas Comissões e pelo Plenário do Senado, quatro trazem melhorias significativas ou maior clareza ao PL nº 2646, de 2020.

No entanto, presto minha total aderência ao parecer do Relator Dep. Arnaldo Jardim quando ele se manifesta pela rejeição das Emendas de nº 4 e 5 do Senado. Isso porque o texto que tais emendas pretendem subtrair é justamente aquele que aprimora o marco dos fundos de investimento em participações em infraestrutura e na produção econômica, previstos na Lei

nº 11.478, de 2007.

Por fim, saúdo os meus Pares, em especial os co-autores da proposição, os Deputados Hugo Leal, Rubens Bueno, Geninho Zuliani, Roman, Franco Cartafina, Rodrigo Coelho, Lucas Redecker, Kim Kataguiri, Augusto Coutinho, Orlando Silva, Odair Cunha e Felipe Rigoni. Agradeço a cada Parlamentar o apoio ao longo dessa jornada de mais de três anos de tramitação do PL nº 2646, certo de que estamos aprovando uma importante contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

---

Documento 6/14

---

271.2023	Sessão Ordinária - CD	13/12/2023-11:04	
Publ.: DCD - 12/14/2023 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR		
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO DISCURSO	GERAL

---

### *Sumário*

O Deputado discurso na Comissão Geral para debater os cuidados paliativos no âmbito do sistema brasileiro de saúde. Celebrou a defesa da Deputada Luisa Canziani em prol da política pública de cuidados paliativos e enalteceu a contribuição de pioneiros na saúde pública do Paraná para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, elogiou o papel do SUS durante a pandemia do coronavírus. Ressaltou ainda que a expectativa de vida no Sul e no Sudeste do Brasil supera a dos Estados Unidos. Além disso, enfatizou a necessidade de humanização e dignidade na assistência à saúde, refletindo sobre experiências pessoais com tratamentos paliativos e parabenizando os profissionais de saúde. Por fim, concluiu com uma visão de unidade e solidariedade, exaltando o papel do Brasil como exemplo para o mundo e apelando por harmonia que supere as divisões ideológicas.

---

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (Bloco/PODE - PR) - Bom dia.

É uma satisfação, é uma honra muito grande estar nesta Comissão Geral, convocada por esta jovem brilhante e talentosa, a Deputada Luisa Canziani. Ela vem do lugar mais bonito do Brasil, que é o norte do Paraná, que é Londrina, a nossa Pequena Londres. A Deputada Luisa é filha de Alex Canziani, ex-Deputado, é de uma família de pioneiros. Eu tive a honra de conhecer o seu bisavô, Severo Canziani, que me inspirou muito na oratória.

Deputada Luisa, parabéns pelo seu trabalho por Londrina, pelo Paraná e pelo

Brasil.

Sem dúvida alguma, tem lógica a defesa do tratamento paliativo que a Deputada Luisa traz ao Brasil hoje através desta reunião.

O Sistema Único de Saúde teve início no Paraná em 1983, no Governo de um londrinense que tinha sido Prefeito de Londrina, José Richa, por intermédio de um médico sanitarista da Universidade Estadual de Londrina, Luiz Cordoni, e de um Deputado Estadual também sanitarista, Márcio Almeida. Eles implantaram pioneiramente as ações integrais de saúde em 13 Municípios do Estado, entre os quais Curitiba, Londrina, Cambé, quando fui Prefeito dessa cidade, que é vizinha de Londrina. A ideia era estabelecer um posto de saúde para cada 7 mil habitantes, com clínico geral, pediatra, ginecologista, medicamentos, e estruturar a rede secundária de laboratórios de apoio e a rede terciária de hospitais.

Um dos médicos pioneiros, que foi meu primeiro Secretário de Saúde, o Dr. Milton Laprega, e depois o Dr. Gilberto Berguio Martin, que foi Secretário Estadual de Saúde, diziam: "*Haully, no futuro, vai haver o médico de família*". E eu perguntava: "*Mas como?*" "*Pois é, vai haver o médico de família deste modo, desse e daquele.*"

Hoje, a saúde pública no Brasil serve de inspiração. Bill Gates, que é um dos maiores empresários do mundo, elogiou o SUS brasileiro como o mais importante e como referência para o mundo no que se refere a sistema único de saúde. Quem sou eu para dizer que, na pandemia, o SUS foi fundamental? O Brasil despertou em relação ao SUS. Os médicos, os enfermeiros, os profissionais da saúde e os técnicos exerceram um papel decisivo.

Outro dia vi uma estatística, Deputada Luisa, segundo a qual a expectativa de vida no Sul e no Sudeste do Brasil é maior do que a expectativa de vida nos Estados Unidos. Eu conheço muito o Canadá. Presidi o Parlamento das Américas por 4 anos. A sede fica em Ottawa. O Canadá tem um SUS, só que, naquele país, há menos de 40 milhões de habitantes. Eles diziam: "*Veja, os americanos, tão ricos e poderosos, não são solidários na saúde, na doença. Eles não têm um sistema único de saúde*". E ali eu despertei quanto a isso.

Começamos a discutir essa questão. O tratamento paliativo indica realmente uma evolução da sociedade, a humanização, a entrada do espírito cristão no coração das pessoas, da concepção até o último suspiro do ser humano.

Eu sou o mais novo de oito irmãos. Já vi irmãos fazerem o tratamento paliativo. Em determinado momento, ajoelhei e pedi a Deus, porque chegou a hora de um deles partir para o paraíso. Assim é a vida. Temos que entrar nela com dignidade e sair dela com dignidade.

Parabéns, Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, todos os médicos e médicas, profissionais, cientistas,

pesquisadores, enfermeiras, enfermeiros, técnicos da saúde. Fazem esse maravilhoso trabalho em favor do tratamento paliativo, com que se cuida do ser humano. Nós somos feitos à imagem e à semelhança de Deus, em Jesus somos irmãos, somos *fratello*s. Então, dignidade.

Que o Brasil continue sendo a Pátria do Evangelho, do cristianismo e da humanidade, exemplo para o mundo! Chega de divisões, de sectarismo, de ideologias falidas de Esquerda, de Direita. Nós temos que pensar na unidade do nosso povo, da nossa gente e da política brasileira.

Que Deus os abençoe!

---

Documento 7/14

---

271.2023	Sessão Ordinária - CD	13/12/2023-11:36
Publ.: DCD - 12/14/2023 -	KAROLINE APOLÔNIA CASTRO---	---
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### ***Sumário***

A Coordenadora do Serviço de Cuidados Paliativos da Bahia discurso na Comissão Geral para debater os cuidados paliativos no âmbito do sistema brasileiro de saúde. Discorreu sobre sua atuação para a implementação desses cuidados no Estado, superando obstáculos financeiros e estruturais. Explicou sobre seus esforços para implementar cuidados paliativos em unidades de saúde durante a pandemia do coronavírus, incluindo ampliação das comissões de cuidados paliativos e educação à distância gratuita para profissionais de saúde. Por fim, destacou o sucesso da iniciativa que resultou na criação de um hospice de 80 leitos financiado pelo Estado.

---

**A SRA. KAROLINE APOLÔNIA CASTRO** - Eu não sei nem se consigo me expressar.

Hoje eu vivo um sonho que eu sonhei há 10 anos, quando comecei a fazer cuidados paliativos e escutei dentro de uma UTI: "*Você nunca vai viver disso. Isso não é possível*". Que bom que eu não acreditei naquelas palavras.

Há nesta Mesa uma pessoa que acabou de falar e que foi uma das que mais me inspirou na vida. Acho que ela nem sabe disso. Todas as vezes que eu ia ter uma reunião, eu escutava a fala dela e pensava: "*Nós vamos conseguir, porque é um passo de cada vez*".

Na Bahia, havia duas pessoas apenas envolvidas neste tema, sem nenhum recurso financeiro, mas enfrentamos a situação e dissemos: "*Nós precisamos*

*cuidar disso e podemos começar pequeno. Vamos começar falando de educação".*

Que bom que a vida não tem organização, não tem linearidade. Apesar de todo o planejamento feito para começar com educação, começar com três e depois expandir, a COVID desestruturou tudo isso. E não podíamos deixar isso de lado num Estado que tem uma renda *per capita* baixa, assim como Municípios extremamente pobres. Se havia dentro da secretaria duas pessoas que estavam determinadas a diminuir um sofrimento, como eu ia simplesmente dizer que nada iria fazer?

Foi-me solicitado dar apoio a quatro unidades da capital para fazer um matriciamento. Eu sentei e disse: *"Por que o interior tem que ser excluído? Lá é onde vai haver o maior sofrimento"*. E, mais uma vez, eu me peguei inspirada por pessoas como a Dra. Ana e disse que não ia ficar contente com apenas quatro unidades. Mapeamos a Bahia inteira e matriciamos, naquele momento, 14 unidades de COVID. Todas as unidades de COVID tinham duas pessoas para as quais as pessoas podiam ligar e perguntar: *"O que é que eu faço para não abandonar essa pessoa que está aqui na minha frente?"* A partir dessas 14 unidades, hoje eu tenho o orgulho de dizer que existem 33 e que até o final do ano que vem toda a rede estadual da Bahia vai ter uma comissão de cuidados paliativos. E até o momento, para deixar bem claro, nenhum recurso foi direcionado a isso.

Através do trabalho de redução do sofrimento, mais de 5 mil pessoas já foram atendidas. Profissionais no decorrer desse tempo receberam educação gratuita por solicitação. Pedíamos às pessoas, porque recursos não tínhamos. Então, conseguimos fazer curso EAD de mais de 40 horas, sem nenhum real, só com o pedido: *"Por favor me ajuda porque eu estou dando referência a alguém que não sabe fazer isso, e só somos duas pessoas para ajudar todo o resto"*.

O impacto econômico na redução do uso de recursos fúteis e inúteis foi tão grande que entregaremos um *hospice* com 80 leitos, com verba 100% estadual em março do ano que vem.

*(Palmas.)*

É nosso! É de todo mundo! Lá não vai haver o *"pula o leito da UTI, porque não tem o que fazer"*. Lá não vai haver o *"você não é importante"*. Lá é uma casa tão linda, mais linda do que um *hospice* particular que há na minha capital. Eu digo que vai ser mais lindo, porque agora é para todos, inclusive para quem nem identidade tem.

Eu tenho muita alegria...

*(A oradora se emociona.)*

Desculpem-me!

Eu tenho muita alegria e gratidão a Deus por poder estar vivendo isso com vocês, porque dói demais ver alguém sofrendo. Eu fico feliz demais de isso ser reduzido.

Obrigada a todos.

---

Documento 8/14

---

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-18:44
Publ.: DCD - 12/15/2023	Erika Kokay-PT -DF	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

A Deputada criticou a gestão do governo anterior no contexto da pandemia. Destacou a importância da queda de vetos, em especial, o veto relacionado ao projeto que corrigia injustiças em relação aos servidores do Judiciário. Ela parabenizou a FENAJUFE e o Sindicato dos Servidores do Ministério Público da União pelo trabalho incansável nessa conquista, ressaltando a vitória para os servidores dessas instituições.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sabem qual é o chicote que o Governo Lula carrega? É o chicote contra a fome. Em verdade, são todas as políticas para enfrentar o desemprego. Nunca tivemos um nível de desemprego tão baixo nos últimos anos. Mas aqueles que estavam chicoteando a democracia, chicoteando a verdade, chicoteando a ciência, esses, ah! esses acalentaram o desemprego, que nunca apresentou índices tão grandes como no Governo passado. Esses acalentaram a inflação!

O Brasil não se esquece da gasolina a 10 reais. O Brasil não se esquece das 700 mil mortes, ou mais do que isso. Afinal, quem parte sempre é amor de alguém. Mas ali houve o que o Brasil vivenciou e nunca mais vai vivenciar: esse nível de horror, essa tentativa de calar a voz de quem se colocava contrário, essa tentativa de negar o outro, porque fascistas são sempre autocentrados e são incapazes de ter empatia, incapazes de sentir a dor do outro.

Por isso, o ex-Presidente, hoje inegável, fazia chacota da falta de ar das pessoas com COVID. Ele dizia que aquilo era uma gripezinha. Ele dizia que a COVID não teria qualquer importância. Ele estimulava as pessoas a irem às ruas! Estimulava as pessoas a não usarem máscara! Ele é realmente um

genocida.

Hoje foi um dia importante para que nós derrubássemos alguns vetos. Eu estou falando do veto ao projeto que tirava os direitos dos servidores do Judiciário, uma emenda que foi construída, um parecer que foi construído. Eu tive a alegria de, na vida parlamentar, ter sido autora desta correção de uma injustiça com relação aos quintos, com relação ao nível superior, tanto de servidores e servidoras do Ministério Público como de servidores e servidoras do Judiciário, a partir de um processo que nós construímos — emenda de minha autoria e parecer de minha autoria, que foram indevidamente vetados. E hoje nós fizemos justiça.

Portanto, eu venho aqui para parabenizar a FENAJUFE, que trabalhou de forma incansável, e parabenizar o sempre Deputado Roberto Policarpo, que trabalhou tão intensamente para que nós tivéssemos hoje uma grande vitória e fizéssemos justiça aos servidores desta Casa com nível superior, derrubando o veto. Mas não só isso: também fizemos justiça aos oficiais de Justiça, aos demais servidores do Judiciário e aos servidores do Ministério Público.

Eu parabenizo, portanto, a FENAJUFE e também o Sindicato dos Servidores e Servidoras do Ministério Público da União, porque esse processo foi construído durante meses, em negociações com a Procuradoria-Geral da República, em negociações com o Poder Judiciário e, depois, em várias negociações com o próprio Governo, com a base do Governo, que se traduziram numa grande vitória.

Os servidores do Judiciário, do Ministério Público e do nosso Poder Legislativo levam uma grande vitória para casa.

---

Documento 9/14

---

274.2023	Sessão Ordinária - CD	14/12/2023-21:40
Publ.: DCD - 12/15/2023 -	Eli Borges-PL -TO	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Expressou preocupação com o aumento do número de Ministérios, destacando que o Brasil funcionou bem com 23 Ministérios no Governo Bolsonaro. Citou o crescimento do PIB durante esse período, apesar de desafios como a guerra e a COVID-19.

---

**O SR. ELI BORGES** (PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, conforme aquilo que já foi trazido à baila neste Parlamento, está extremamente preocupado, até porque representa o Governo anterior, que tinha, salvo melhor juízo, 23 Ministérios, e na época o Brasil funcionou bem e deu resposta a todos os segmentos econômicos da sociedade. Não fora a guerra e a COVID... Mesmo assim, o PIB do País cresceu.

Portanto, orientamos "obstrução". O Brasil não suporta mais Ministérios.

---

Documento 10/14

---

274.2023	Sessão Ordinária - 14/12/2023-21:48 CD		
Publ.: DCD - 12/15/2023	Adriana Ventura-NOVO -SP		
-		ENCAMINHAMENTO	DE
	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	
		DISCURSO	

---

### ***Sumário***

A Deputada encaminhou a votação do parecer da Comissão Mista quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.187, de 2023, que cria o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Criticou a falta de comprometimento com o trabalho eficiente e mencionou o impacto negativo da decisão de manter as escolas fechadas durante a pandemia, enfatizando que isso prejudicou a dignidade humana ao privar as crianças do direito à educação.

---

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Olá, pessoal. Estamos aqui novamente para falar sobre o parecer quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais.

Eu fico pensando... A Constituição fala de tanta coisa básica, que todo ser humano deveria ter, então eu quero falar da dignidade humana, já que estamos falando de pressupostos constitucionais. Essa dignidade humana é tirada do mais pobre, esse pressuposto não é atendido. A partir do momento em que não se dá ao pobre condição para que ele saia da pobreza e se quer mantê-lo no cativeiro da pobreza, nós temos um problema estrutural. A partir do momento em que não se quer que o filho das pessoas que não têm condição estude, porque tiraram dele o direito de ir para a escola... Isso foi feito na época da pandemia. Infelizmente, os partidos que apoiam o Governo Lula hoje são os partidos que não deixaram as crianças voltar para a escola. Foram 2 anos sem aula! Foram 2 anos sem aula! O nosso País, se não foi o que mais deixou crianças sem aula, ficou em segundo lugar. Uma vergonha! Por 2 anos as escolas públicas ficaram fechadas, por pressão de sindicato, que é o que este

Governo defende: sindicato! Não defende trabalhador, não defende o mais pobre, nada disso, defende sindicato. E Deputado que ousasse abrir a boca para dizer que queria que as crianças voltassem para a escola, que os professores voltassem a trabalhar, sim, porque só isso é que garante oportunidade e dignidade humana... É disso que estamos falando, não é mesmo? Eu e outros Deputados fomos taxados de genocidas do Congresso, estávamos mandando criancinhas para a morte. E, notem bem, todo mundo estava vacinado e revacinado, com duas doses. E estavam na novela ainda... Uma vergonha!

Voltando ao que eu estava dizendo, quando nós falamos em criar mais um Ministério, estamos falando de aumentar o Custo Brasil, de aumentar o "toma lá, dá cá", de aumentar o fisiologismo, a burocracia, a demora, a letargia, a falta de compromisso com o trabalho eficiente, de aumentar o cabideiro de empregos em que um espera o outro fazer, mas ninguém faz; esse mandar um papelzinho para a sala ao lado e ter que esperar 6 meses... Isso é incompetência absurda! Notem bem que eu não estou falando de todos, mas nós sabemos muito bem como a coisa funciona, ainda mais com os indicados, os amigos dos amigos e os amigos sei lá de quem!

Isso é um escárnio!

Eu oriento "obstrução".

---

Documento 11/14

---

276.2023	Sessão Ordinária - CD	15/12/2023-17:52
Publ.: DCD - 12/16/2023 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Parlamentar homenageou o Deputado Ivan Valente, que não estava presente devido ao diagnóstico de COVID-19, mas desempenhou, juntamente com a bancada do PSOL, um papel importante no grupo de trabalho da Reforma Tributária.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Vitor Lippi, eu quero fazer um registro sobre um grande companheiro do grupo de trabalho, o nosso querido Deputado Ivan Valente. Ele foi diagnosticado com COVID, portanto não está presente. Mas é bom destacar o papel do Deputado Ivan Valente no nosso grupo de trabalho. Ele, sempre muito colaborativo, trouxe várias contribuições para esta reforma sobre consumo. Ele queria estar conosco nesta votação histórica, neste dia histórico, mas, por recomendação médica, está em casa votando, acompanhando.

Então, eu quero fazer esta justa homenagem ao Deputado Ivan Valente e parabenizá-lo pelo papel dele, como também de toda a bancada do PSOL, que contribuiu muito para os trabalhos do nosso grupo e para a reforma tributária. Agradeço ao Deputado Ivan Valente e à Federação PSOL REDE.

---

Documento 12/14

---

277.2023	Sessão Ordinária - CD	18/12/2023-19:52
Publ.: DCD - 12/19/2023 -	Ana Paula Lima-PT -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

A Deputada tratou do piso nacional da enfermagem. Expressou solidariedade à categoria, destacando a importância do trabalho da equipe de enfermagem durante a pandemia da COVID-19. Lamentou a mudança de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após a aprovação da lei e ressaltou a necessidade de garantir o piso justo para auxiliares, técnicos, enfermeiros e enfermeiras. Ela reforçou a importância dessa luta diante do trabalho essencial desempenhado pela categoria.

---

**A SRA. ANA PAULA LIMA** (Bloco/PT - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Mauro Benevides, quero me somar a essa luta. Sou enfermeira e sei que essa é uma luta muito antiga da categoria, há muito tempo debatida, mas ela aflorou mais durante a pandemia da COVID, com o imprescindível trabalho da equipe de enfermagem e da equipe médica para salvar vidas, inclusive colocando sua vida em risco para salvar outras vidas.

A Casa aprovou o projeto. O Presidente sancionou a lei. Foram garantidos os recursos, com todo um trabalho feito pelo Congresso Nacional e também pelo Governo Federal. É lamentável, agora, que o STF tenha esse entendimento e, depois de nós termos debatido durante anos nesta Casa, mude esse conceito que visa a garantir um piso justo para o auxiliar, o técnico, o enfermeiro e a enfermeira.

Então, eu me somo a essa luta. Nós não podemos deixar passar em branco essa situação e precisamos garantir esse tão sonhado piso da enfermagem.

Peço mais 1 minuto, Sr. Presidente.

Sabe, Deputado Mauro, lá no interior, em um Município do Estado de Santa Catarina, estão me cobrando. Mas não é problema do Governo! O problema, de

repente, é de entendimento do STF, que não quer que enfermeiros, enfermeiras, técnicos e auxiliares de enfermagem, essa categoria tão importante, cuja dedicação foi imprescindível durante a pandemia — que vitimou, infelizmente, pela negação da ciência e da vacina, mais de 700 mil brasileiros —, tenham por nós garantido o mínimo.

---

Documento 13/14

---

277.2023	Sessão Ordinária - CD	18/12/2023-20:40
Publ.: DCD - 12/19/2023 -	Messias Donato-REPUBLICANOS -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	OUTROS DISCURSO

---

### *Sumário*

O Deputado expressou indignação em relação à obrigatoriedade da vacina contra a COVID-19 para crianças de 6 meses a 5 anos. Ele considera essa medida um desrespeito à liberdade dos pais e à autonomia de decisão sobre a saúde de seus filhos. Argumentou que as vacinas contra a COVID-19 não foram suficientemente testadas devido ao curto período de desenvolvimento e destacou preocupações sobre possíveis efeitos colaterais. Além disso, criticou a possibilidade de corte nos programas sociais para quem não vacinar os filhos, considerando essa medida coercitiva.

---

**O SR. MESSIAS DONATO** (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, subo a esta tribuna, nesta segunda-feira — neste exato momento, são 20h40min —, para repercutir a indignação de muitos pais em relação à obrigatoriedade da vacina contra a COVID, especialmente em crianças de 6 meses a 5 anos.

Isso é um absurdo, Sra. Presidente! Isso é um desrespeito à liberdade! O Estado e, de forma pessoal e arbitrária, o Lula querem tolher a liberdade dos pais e a autonomia deles sobre os filhos. Então, quero repercutir aqui a indignação dos brasileiros e brasileiras, dos pais que amam e querem proteger os filhos. Sra. Presidente, as vacinas contra a COVID não foram devidamente testadas, pelo curto tempo. É preciso cautela em relação aos efeitos colaterais dela. Muitas pessoas foram vacinadas no passado, e há no Brasil uma onda de mal súbito. Alguns médicos já haviam dito lá atrás do perigo dessa vacina.

Então, quero aqui externar a indignação de muitos pais, dos capixabas e dos brasileiros, ainda mais com a possibilidade do corte dos programas sociais, de que ouvimos falar, ou seja, querem obrigar os pais a vacinarem os seus filhos para não perderem os benefícios dos programas sociais, como o Bolsa Família.

Queria só externar essa nossa indignação.

---

Documento 14/14

---

279.2023	Sessão Ordinária - CD	19/12/2023-22:20
Publ.: DCD - 12/20/2023 -	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.994, de 2023, que reconhece a rodovia BR-319-RO/AM como infraestrutura crítica, indispensável à segurança nacional e estabelece a garantia de sua trafegabilidade. Relembrou as dificuldades enfrentadas durante a pandemia de COVID-19, quando caminhões de oxigênio não conseguiam passar pela rodovia, resultando em uma crise de abastecimento de oxigênio que afetou a população. Enfatizou que o projeto de restauração da BR-319 é um pedido de socorro da população do Amazonas, Roraima e Rondônia, que precisa dessa infraestrutura para garantir seu desenvolvimento e bem-estar.

---

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM.** Sem revisão do orador.) - Presidente, eu não vou usar todo o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Pois não.

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM)** - Obrigado.

Quero só deixar claro que essa BR é um sonho do povo do Amazonas, de Roraima e de Rondônia. É um sonho que nós estamos sonhando há 50 anos.

Hoje saiu uma pesquisa que mostra que as crianças do Amazonas têm o menor peso e a menor estatura do Brasil por questões alimentares. Nós temos uma dificuldade enorme para produzir e precisamos dos outros Estados para comprar, mas não temos uma estrada para levar o alimento para o nosso povo. Vejam a gravidade disso! Nós não temos uma ligação do Amazonas e de Roraima com o restante do Brasil. Na crise da COVID, todos viram que os caminhões de oxigênio não conseguiam passar pela BR-319. E a população do Amazonas padeceu, faleceu.

Há uma burocracia desmedida, há pouca vontade política para resolver o grave problema da BR-319. Antes foi a COVID que nos afligiu. Hoje é a maior seca da história. E nós não temos uma estrada para escoar a nossa produção!

E não é uma nova estrada. A estrada foi construída e asfaltada na época dos militares. O impacto ambiental já aconteceu. Todo dia passam caminhões por



lá.

A Ministra Marina Silva disse que as pessoas querem uma estrada para passear. Ela humilha o povo do Norte! Nós não queremos uma estrada para passear, não! Nós queremos uma estrada para exercer o direito de ir e vir; para escoar a nossa produção; para comprar o nosso alimento; para, no caso de uma nova pandemia, termos opções! É isso que esse projeto está dizendo.

Nós não estamos cancelando o licenciamento; estamos apenas simplificando o processo e pedindo prioridade, porque a BR-319 é a única do Brasil que não é asfaltada! Não é aceitável que o povo do Norte seja considerado uma população de segunda categoria neste País!

Esse projeto é um pedido de socorro. A população do Amazonas, de Roraima, de Rondônia quer o reasfaltamento da BR-319. É apenas isso. Eu tenho certeza de que, com o novo projeto, a rodovia vai estar viabilizada ambientalmente, porque o projeto é muito melhor do que o anterior.

Muito obrigado, Presidente.

---